



processo seletivo que passa de dissertativo e oral para provas de múltipla escolha. Nesse período, o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação começa a ganhar impulso tanto no país quanto no exterior.

Nos anos 80, o ensino superior enfrentou dificuldades para poder se expandir. No período após a crise econômica da “Década Perdida”, caracterizada pelo alto nível de endividamento externo do país e pelas dúvidas criadas pelos altos índices de inflação, refletiu no ensino superior. O número de inscritos para os processos seletivos baixou de 1,8 milhões em 1980 para 1,5 milhões em 1985, retornando a 1,8 milhões em 1989. O número total de vagas teve um crescimento medíocre e saltou de 404.814 em 1980, para 466.794 em 1989 (INEP, 1998).

Com a Constituição de 1988 e homologação de leis que passam a regulamentar o ensino superior, há a necessidade de flexibilizar o sistema, reduzir o papel exercido pelo governo, ampliar o sistema e melhorar os processos de avaliação priorizando a qualidade. A partir dos anos 90, a oferta de vagas vem aumentando a cada ano, fator imposto pela demanda de mercado emergente diante da inserção do Brasil na economia globalizada.

Em 1996 são estabelecidos parâmetros para organização da educação no país, que inclusive são utilizados até os dias de hoje. Por intermédio do MEC, a União introduz em 20 de dezembro de 1996 a lei de nº 9.394, de forma a organizar e definir diretrizes e metas a serem cumpridas.

A lei 9.394 tem como principal objetivo classificar, dividir e diferenciar o sistema de Ensino Superior brasileiro, de forma que facilite a compreensão das formas de manutenção e administração de cada instituição, identificando a finalidade, a missão e, principalmente, entendendo a identidade.

## 2. O CENÁRIO ATUAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Desde sua criação, em 1946, a UNESCO não cessou de insistir no papel importante do ensino superior para o desenvolvimento das sociedades e, nos últimos anos, de enfatizar suas responsabilidades na promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura da paz. Ao longo de toda a sua história, ela promoveu continuamente atividades de reflexão e ações concretas nesse sentido.

Os Estados membros da UNESCO adotaram uma resolução, estimulando os responsáveis a “buscar a elaboração de uma política aplicável à totalidade do ensino superior”. Essa resolução apoiava-se em uma análise das mudanças observadas no mundo e dos desafios delas resultantes, tanto para a sociedade como para o ensino superior, considerando-se as relações estreitas que os unem.

Todas as regiões do mundo foram mobilizadas para trazer e confrontar suas experiências em relação a quatro conceitos importantes, mobilizadores e em estreita interação (pertinência, qualidade, financiamento e gestão, cooperação).

Essa reflexão apoia-se em uma análise preliminar das mudanças na sociedade e no ensino superior, e desemboca em uma visão do ensino superior no século XXI.

As conferências regionais mostraram com nitidez que os diferentes tipos de ambientes com os quais interagem as instituições de ensino superior estão em plena mutação: globalização, internacionalização, regionalização, democratização, massificação, deslocamento, marginalização, fragmentação, tecnologização. Alguns não hesitam em falar em “crise” no sentido etimológico do termo com um duplo sentido: além das mudanças estruturais e, em consequência, das visões nelas envolvidas, vivemos um período “decisivo”, isto é, que conduz a mudanças profundas e sem retorno; vivemos também, e em consequência, um período no qual as “decisões” são necessárias.

Mas, para tomar decisões sadias, é preciso analisar tais mudanças, revelando os paradoxos que elas veiculam:

- a coexistência de um poderoso movimento de globalização da economia e a multiplicação das pequenas e médias empresas, e mesmo da economia informal;
- a mudança profunda dos fenômenos de migração das forças de trabalho, em consequência dos deslocamentos das empresas; as empresas passam a se localizar preferencialmente onde a mão-de-obra pouco qualificada está disponível a custos baixos, enquanto o pessoal altamente qualificado é chamado a migrar cada vez mais frequentemente para os centros de produção e decisão;
- a demografia acelerada dos países em desenvolvimento, acompanhada de uma demanda crescente por educação e uma dificuldade dos Estados de responder a essa demanda; por outro lado, o envelhecimento das populações dos países ricos e o alongamento da escolaridade, decorrentes simultaneamente da demanda de elevação do nível de educação, da dificuldade em encontrar emprego sem um mínimo de educação e da vontade dos governantes de manter os jovens na escola, para diminuir a taxa de desemprego e evitar os problemas da pré-delinquência e mesmo da delinquência;
- o desenvolvimento exponencial dos conhecimentos científicos (e, portanto, das NTIC – Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação – que oferecem possibilidades extraordinárias à constituição de redes), ao lado de uma diferença cada vez mais profunda entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, que não são capazes de se dotarem sozinhos da infraestrutura elementar para a eles ter acesso;
- o fenômeno da globalização e da internacionalização da cultura e, ao mesmo tempo, um forte desejo, até mesmo uma exasperação, na defesa da identidade cultural e linguística.
- Essas mutações têm, evidentemente, repercussões importantes no ensino superior, que vive também alguns paradoxos:
- uma demanda crescente e uma massificação do ensino superior, apesar das

- incertezas ligadas ao emprego e, ao mesmo tempo, uma diminuição relativa dos recursos financeiros materiais e humanos que lhe são destinadas;
- uma necessidade enorme de elevar o nível de educação, para responder à necessidade de desenvolvimento dos países, de um lado e, de outro, o aumento das taxas de desemprego dos diplomados do ensino superior e uma formação que não os torna suficientemente capazes de criar o seu próprio emprego;
  - a necessidade de internacionalização dos programas e dos instrumentos de formação do ensino superior, mas também a necessidade de sua contextualização, para responder tanto às necessidades das regiões, como às características dos estudantes, na perspectiva de uma educação para todos, em todos os lugares e a todo momento;
  - um desenvolvimento extraordinário das tecnologias, graças aos avanços da pesquisa fundamental conduzida por universitários, mas a sub-utilização dessas tecnologias no campo da formação;
  - um número impressionante de professores que dispõem igualmente do status de pesquisador, mas proporcionalmente produzem menos pesquisas efetivas e, ainda em menor número, pesquisas “contextualizadas”, exatamente onde se fazem necessárias.

Face a essas mutações paradoxais, que permeiam a sociedade e também o ensino superior, é preciso superar as contradições, isto é, deixar de raciocinar em termos de “ou isso, ou aquilo” e passar a fazê-lo em termos de “isso e aquilo, dependendo do contexto”, porque as visões e as ações devem ser situadas. Atrás dessa pluralidade, escondem-se, no entanto, as necessidades fundamentais comuns a toda a humanidade. É por essa razão que, assim como as visões e ações devem ser situadas, uma visão universal precisa antes de tudo animá-las, uma visão da organização de uma sociedade que seja mais justa e equânime.

O caráter ao mesmo tempo contextualizado e universal do ensino superior possibilita sua melhor compreensão em torno de quatro eixos, que presidiram a reflexão das conferências regionais preparatórias, a saber: pertinência, qualidade, gestão e financiamento, cooperação. A pertinência do ensino superior deve ser essencialmente concebida em função de seu papel e seu lugar na sociedade, de sua missão de educação, pesquisa e prestação dos serviços que dela decorrem, assim como de seus laços com o mundo do trabalho, no sentido mais amplo, de suas relações com o Estado e as fontes de financiamento e de suas interações com os outros graus e forma de ensino.

A qualidade é inseparável da pertinência social. A exigência da qualidade e de políticas que busquem “assegurar a qualidade” exige que se procure melhorar simultaneamente cada um dos componentes da instituição, considerada como entidade global que funciona como um sistema coerente.

A gestão e financiamento do ensino superior exigem que esse seja considerado como um conjunto de subsistemas (missões, estruturas, recursos, cultura, admissões, validações,

ALVES, A.; BASTOS, A. Histórico sobre a evolução recente e o cenário atual do ensino superior no Brasil. **Janela Econômica**, ano 9, nº6, novembro, 2014. ISSN 2358-3525

gerenciamento) em estreita interação com o ambiente local, nacional, regional e internacional.

A gestão das instituições de ensino superior não pode se resumir a uma gestão contábil, baseada somente em critérios econômicos; os critérios de equidade e pertinência social das atividades de ensino, expertise e consultoria devem prevalecer sobre os outros critérios, assegurando uma gestão equilibrada.

Uma visão universal do ensino superior exige cooperações múltiplas entre todas as instituições cujas missões concorram para construir um desenvolvimento humano sustentável e uma cultura da paz.

O ponto de partida de toda análise relativa ao ensino superior reside na definição de sua missão fundamental nos dias de hoje, que é a de ir ao encontro das necessidades da sociedade, contribuindo para criar um desenvolvimento humano sustentável e uma cultura da paz. É isso que fundamenta a pertinência dessas atividades de ensino, pesquisa, expertise, prestação de serviços à comunidade. É isso que exige uma gestão de qualidade. É isso que orienta sua política de cooperação.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das ideias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo, bem como as ideias nele inseridas, é responsabilidade dos autores e reflete, necessariamente, o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.